

Coluna do Castello

Para Sarney, eles não leram a Constituição

Para o presidente José Sarney, as manifestações de ministros de Estado e outros membros do primeiro escalão da administração federal contra a Operação Desmonte representam uma "revolta dos anjos". Os inconformados não perceberam que a proposta orçamentária elaborada pelo Ministério do Planejamento, e endossada pelo chefe do governo, é uma decorrência do que foi votado pela Assembleia Constituinte. Os governadores que se mobilizam contra a operação estão também sob suspeita de não terem lido o que a Constituinte aprovou, muitas vezes para atender opiniões e pressões dos chefes de Executivo dos estados.



O dever de compatibilizar a proposta orçamentária com a Constituição que estará em vigor em 1989 impõe ao governo o comportamento que está tendo e que é rigorosamente realista. Com a transferência de recursos para estados e municípios, alega o presidente, a União deve cancelar programas administrativos e suspender investimentos para cuja efetivação carecerá de recursos no próximo ano. Espera o Sr. José Sarney que a nova Federação, que emerge do projeto constitucional, implica uma renovação da vida brasileira que poderá ser efetiva e dar certo.

Conta-se no Palácio do Planalto que há poucos dias o governador do Piauí, Alberto Silva, pediu ao presidente que liberasse verbas do "fundo especial" para seu estado. "Mas Alberto" — teria respondido o presidente — "não há mais 'fundo especial'". Parlamentares têm solicitado ao presidente a inclusão, nos programas governamentais, de construção ou asfaltamento de trechos de rodovias, esquecidos de que a Constituição em votação final elimina o imposto sobre combustíveis e lubrificantes, o qual constituía a base financeira do DNER. Na avaliação presidencial, esse órgão, que perde a dotação orçamentária, terá de desaparecer num futuro próximo. Estados e municípios que se desincumbam das suas novas obrigações para com os usuários de rodovias .

Entre inconformados com a proposta orçamentária, alega-se que o problema não está em ler ou não ler a Constituição, mas em verificar se ela dispõe com senso de realidade, adequando-se à solução possível das questões. No caso que induz o presidente a apoiar drástica supressão de programas e investimentos, não haveria evidentemente compatibilização entre a exigência constitucional e a situação do país. A Constituição sobrevive, ou não, na medida em que se conforma à realidade.

O ex-ministro Delfim Neto, que, como se sabe, encara com simpatia a Operação Desmonte, considerando-a uma proposta séria e inevitável, acha que o ministro João Batista de Abreu elaborou o único orçamento possível e que, além do mais, atenderia à expectativa dos comandos militares. Para Delfim, não é de todo improvável que se procure aí algo realmente parecido com Salazar.